

DA NECESSIDADE DE DESCONSTRUÇÃO DO “EQUÍVOCO LUSOCÊNTRICO”

THE NEED TO DECONSTRUCT THE “LUSOCENTRIC MISUNDERSTANDING”

Lurdes Macedo*

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE DA UNIVERSIDADE DO MINHO
mlmacedo71@gmail.com

Resumo:

Este curto ensaio centra-se na reflexão crítica sobre alguns dos factos que alimentam o “equívoco lusocêntrico”, conceito tomado de empréstimo a Martins (2006, 2011, 2014), que traduz um dos entendimentos dominantes sobre a ideia de lusofonia.

Esta reflexão conduz-nos pelos caminhos da história, dos movimentos migratórios e da língua enquanto aspetos fundamentais dos processos de construção da identidade, problematizando-os quer do ponto de vista do ex-colonizador, quer do ponto de vista dos ex-colonizados.

A tensão crítica entre os dois pontos de vista remete para a necessidade de desconstrução do “equívoco lusocêntrico”, condição imprescindível para a consubstanciação da comunidade geocultural da lusofonia enquanto espaço de diversidade cultural no quadro da atual globalização de sentido único.

Palavras-chave: Lusofonia; memória social; representações sociais; globalização; colonialismo.

Abstract:

This short essay focuses on critical reflection on some of the facts that feed the “lusocentric misunderstanding” concept taken from Martins, M. L. (2011) though. This concept represents one of the dominant understandings about Lusophonie.

* Lurdes Macedo é doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Foi membro da equipa de investigação do projeto “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais”. Foi coeditora do Anuário Internacional de Comunicação Lusófona em 2010 e 2011. Tem várias dezenas de trabalhos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais. Lecionou na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu entre 2009 e 2012. Leciona na Universidade Lusófona Porto desde 2008.

This reflection leads us in paths of history, migration and language as key aspects of identity construction processes, questioning them departing not only from the point of view of the former colonizer, but also from the point of view of the ex-colonized nations.

The critical tension between the two points of view refers to the need to deconstruct “lusocentric misunderstanding”, essential towards the realization of geo-cultural community of Lusophony as an area of cultural diversity in the context of current globalization.

Keywords: Lusophony; social memory; social representations; globalization; colonialism.



1. Ponto de partida

Um bom ponto de partida para o início de uma reflexão sobre o sentido da ideia de lusofonia é o facto de uma parte significativa dos cidadãos que compõem esta “comunidade imaginada” (Anderson, 1994 [1983]: 6) não lhe atribuir qualquer significado: a evidência de que em outros países do mundo existem milhões de pessoas com quem partilham a sua língua, o português, bem como muitas das suas expressões culturais, simplesmente não faz parte dos seus quotidianos. Como observam Macedo, Martins e Cabecinhas (2011), este cenário ficou a dever-se não só à enorme distância geográfica que separa os oito países de língua oficial portuguesa e as suas inúmeras diásporas espalhadas pelo mundo, como também a uma história pós-independência na qual cada um destes países se posicionou estrategicamente noutros sistemas políticos, económicos e culturais, que não o do espaço lusófono. Com efeito, no tempo presente, a consciência coletiva em torno de uma identidade lusófona parece encontrar-se ainda longe do seu estado de consubstanciação, uma vez que só uma minoria, de entre os cidadãos lusófonos, concebe as suas pertenças a partir da língua que falam.

Tal cenário remete para a importância e para a urgência de uma reflexão séria e participada sobre as possibilidades que se colocam à comunidade lusófona: para além de se tratar de uma comunidade que fala, pensa e

sente numa das grandes línguas de comunicação e cultura do mundo¹, trata-se também de uma comunidade significativamente representada em número de glotas: de acordo com a Internet World Stats², em 2012, existiam 253 milhões de falantes de português espalhados por todo mundo. Trata-se, ainda, de uma comunidade de culturas que aborda um espaço fragmentado, disperso por várias latitudes e longitudes do globo, no qual habitam cidadãos de diversos grupos étnicos e com diferentes modos de vida (*Ibidem*). Trata-se, por isso, de uma comunidade que, através das suas diferentes culturas, exprime o valor da diversidade.

Por outro lado, àqueles a quem a ideia de lusofonia desperta a arte da reflexão, parece ser difícil dissociar a narrativa contemporânea desta comunidade de culturas do passado histórico protagonizado pelos seus ancestrais.

Assim, a interpretação que cada grupo nacional pertencente à comunidade lusófona faz do seu próprio passado determina o seu posicionamento face ao presente, bem como o planeamento das suas estratégias para enfrentar o futuro. De acordo com Cabecinhas *et al.* (2006), são estas estratégias que definem as relações intra e intergrupais, num processo dinâmico que pode oscilar entre a estabilidade ou a transformação, a resiliência ou o ajustamento, a definição de novas fronteiras ou seu enfraquecimento.

Atender às diferentes vozes que pensam a lusofonia a partir das várias versões da história e das várias perspetivas sobre o presente constitui-se, portanto, como cuidado imprescindível para que uma ideia acerca desta comunidade de culturas possa ser coletivamente partilhada. Por isso mesmo, a lusofonia – concebida enquanto narrativa identitária dos povos que habitam os espaços outrora pertencentes ao império português – poderá apresentar-se, em certos casos, sob o discurso da desconstrução pós-colonial.

Neste sentido, é McMillin (2009) quem defende a ideia de que as consequências do colonialismo – que se fazem sentir até aos dias de hoje – são coletivamente partilhadas pelas sociedades que o viveram. Daí a

1 Houaiss (1992 [1984]) notava que a língua portuguesa, enquanto língua de comunicação e cultura, é sustentada por um aparato escrito que mais de 98% das restantes línguas do mundo não possuem.

2 <http://www.internetworldstats.com>

necessidade de tomar em linha de conta a abordagem pós-colonial quando se pretende atender às atuais condições das sociedades ex-colonizadas.

Todavia, há a considerar que o pós-colonialismo não está isento de pontos fracos, e mesmo de equívocos, como bem notaram Almeida (2002) e Martins (2014). Para além da recusa de todas as narrativas-mestras e do eurocentrismo que delas emana, a abordagem pós-colonial repudia as dicotomias centro/periferia ou primeiro mundo/terceiro mundo, alegadamente criadas pelo colonialismo, consubstanciando uma nova constituição discursiva do mundo. Por isso mesmo, o pós-colonialismo mais radical corre o risco de substituir a verdade única do ex-colonizador pela verdade única do ex-colonizado, fortalecendo a “Escola do ressentimento”³ a que se referia Bloom (1997: 31).

Assim, a recomposição de um discurso que integre as várias perspetivas sobre o passado e sobre o presente desta comunidade – a da antiga metrópole do império colonial, porventura mais eurocêntrica⁴, e as das suas ex-colónias, porventura mais pós-coloniais – deverá procurar não uma convergência de visões, mas antes uma síntese crítica das mesmas.

Atendendo à ideia de Baptista (2006) de que, “...o conceito de lusofonia assinala (...) um lugar de ‘não-reflexão’, de ‘não-conhecimento’ e, sobretudo, de ‘não-reconhecimento’, quer de si próprio, quer do outro” (p. 24), propõe-se o exercício de desconstrução de uma das narrativas dominantes sobre esta comunidade de língua e de culturas – o “equívoco lusocêntrico” (Martins, 2011: 75) – de modo a abrir outras possibilidades de futuro para a ideia de lusofonia.

3 A noção de “Escola do ressentimento”, proposta por Bloom, constitui uma crítica a diversos discursos desconstrutores, entre os quais o feminismo, o marxismo ou o afro-centrismo. Naturalmente, trata-se de uma visão muito discutível, uma vez que o autor adjetiva de “ressentidos” (Bloom, 1997: 42) aqueles que procuram apresentar um discurso alternativo ao das correntes dominantes, nomeadamente quando esse discurso procura reconciliar os seus autores com o seu próprio passado.

4 A inclusão desta perspetiva apresenta ainda uma outra vantagem: a de a investigadora respeitar as leituras do seu próprio espaço cultural, uma vez que é portuguesa. Como referia Chaunu (1984), é difícil realizar um trabalho científico válido se o investigador não tiver em conta o seu próprio espaço cultural.

2. O “equivoco lusocêntrico”

Um dos entendimentos dominantes sobre a comunidade geocultural da lusofonia é aquele que a perspetiva como uma espécie de prolongamento simbólico do período colonial ou como, no dizer de Martins (2011), um “espaço de refúgio imaginário” e de “nostalgia imperial” (p. 75), ideias que colocam Portugal no epicentro de uma construção que deve ser, acima de tudo, descentralizada e descentralizadora. Sob esta perspetiva, a redefinição identitária do Portugal pós-colonial parece não conseguir desligar-se do seu passado de dominação, uma vez que “o projecto da lusofonia refaz, supostamente pela positiva e ao nível simbólico-linguístico, as comunidades coloniais e a sua hierarquia simbólica... (*sic*)” (Almeida, 2004: 10). Assim, este “equivoco lusocêntrico”, ao persistir para além da independência das várias nações de língua oficial portuguesa, parece ameaçar o desenvolvimento de uma ideia de lusofonia coletivamente partilhada, nomeadamente enquanto comunidade de múltiplas culturas.

A este tipo de equivoco não é alheio o facto de a história do império colonial português conhecer várias versões: a do ex-colonizador e as dos ex-colonizados. Como observa Pedreira (2000), no caso da história colonial que colocou Portugal em relação com o Brasil, a tentativa de encontrar uma perspetiva comum, entre os historiadores dos dois lados do Atlântico, acabou por se revelar mal sucedida. O mesmo acontece em relação à história que ligou Portugal a África durante o período colonial. Neste caso, a diferença entre as várias versões da história foi acentuada pela glorificação do império levada a cabo pelo governo português durante o período do Estado Novo (Cunha, 2001; Neves, 2009) e pelas guerras coloniais – em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique – que, durante mais de uma década, antecederam a independência dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Assim, há que convocar uma ideia postulada por Canclini (2007) para que esta encruzilhada de histórias legada pelo passado possa ser descoratinada: a ideia de que as tensões entre forças globalizantes e dinâmicas da interculturalidade “podem ser concebidas como uma relação entre a épica e o melodrama” (p. 32). Ainda assim, na opinião do autor, o que mais interessa é compreender o que acontece quando ambas as concepções coexistem. Portanto, valerá a pena, antes de mais, interpretar o imaginá-

rio predominantemente épico dos portugueses quanto ao seu contributo para a narrativa evolutiva da globalização (ou seja, quanto à sua expansão ultramarina), bem como o registo predominantemente melodramático com que a história de dominação imperial é interpretada pela diversidade de povos outrora colonizados. Com este exercício procurar-se-á identificar alguns aspetos essenciais à compreensão do equívoco que enfatiza a lusofonia enquanto uma forma de neocolonialismo simbólico e extemporâneo.

3. A épica

De acordo com Lázló (2003, 2008), os modelos narrativos estão na origem da formação de representações sociais, sobretudo quando sistematicamente repetidos nos currículos escolares, nos lugares de memória e nos média. Obedecendo a simplificações esquemáticas, estas representações tendem a orientar a perceção dos indivíduos quanto à construção das suas identidades de grupo (Wertsch, 2002). Assim, a narração épica da expansão portuguesa, propalada das mais variadas formas e através dos mais variados meios, não poderia deixar de produzir representações redutoras a partir das quais emerge a ideia de um povo pioneiro, destemido e heroico.

Por seu lado, tal como notam Licata, Klein e Gély (2007), a memória coletiva – fundada nestas narrativas impregnadas de representações simplificadoras – cumpre o papel fundamental de definir e de manter as identidades de pertença, de estabelecer uma distinção positiva do grupo face a outros, de legitimar o comportamento do mesmo e de o mobilizar para a ação comum. Estando a expansão marítima profundamente enraizada na memória histórica do povo português (Cabecinhas, 2006; Cabecinhas *et al.*, 2006), conclui-se que a mesma define decisivamente a construção da sua identidade nacional. Sendo muitas vezes apresentada sob a forma de epopeia – modelo narrativo utilizado para mitificar histórias consideradas excepcionais – conclui-se ainda que a expansão imperial introduz representações exageradas ou distorcidas nesse processo de construção identitária. Lourenço (1978, 2004) ou Mattoso (1998) demonstraram-no muito bem quando, nas suas lúcidas reflexões, nos remeteram para a ideia de uma “hiperidentidade” nacional no que toca ao caso português.

Por ora, importa aqui desconstruir os significados que a epopeia, enquanto modelo narrativo sob o qual é contada a expansão portuguesa,

ancora numa dimensão de conquista e de dominação no discurso da suposta heroicidade nacional.

Estudos realizados em todo o mundo sobre memória histórica demonstram que os indivíduos tendem a evocar, sobretudo, acontecimentos relacionados com guerras e conflitos (Paez *et al.*, 2008). Assim, o conflito subjacente à conquista de mares e de novos territórios, bem como à evangelização de homens considerados desiguais – ações em que os portugueses sobressaem como povo triunfante – parece explicar a predominância da narrativa épica da expansão portuguesa, precisamente pela sua capacidade de induzir um condensado de emoções no qual, de acordo com alguns estudos (*e.g.* Cabecinhas, 2006; Cabecinhas *et al.*, 2006), se misturam o orgulho, a felicidade, a alegria e o fascínio. Assim, a partir da epopeia, o coletivo torna-se, no dizer de Mattoso (1998: 36), “protagonista de uma história gloriosa, adquire personalidade, isto é, uma identidade compreensível para as mentes mais simples ou mais rudes”.

Este momento da história – o auge da expansão portuguesa – haveria de ser eternizado nos versos épicos de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, atravessando assim o véu do tempo na memória coletiva do povo português. Segundo Mattoso (*ibidem*:35), “o impacto d’*Os Lusíadas* sobre o imaginário nacional é de tal ordem, que se torna difícil exagerá-lo...”. O autor prossegue a sua reflexão evidenciando que o discurso poético e enfático que Camões imprimiu à sua obra possui um tom persuasivo inquestionável. Deste modo, todo o português não pode deixar de considerar que aquela é, de facto, a sua própria história⁵.

Porém, era Godinho (1984) quem notava que *Os Lusíadas* combinam nos seus versos a exaltação e, ao mesmo tempo, a condenação da expansão imperialista. Com efeito, esta história excepcional de conquista dos mares não deixa de ser, ao mesmo tempo, a terrível história dos sacrifícios e das provações do outro, aquando da intrusão dos portugueses no seu espaço vital. Como, no dizer de Calafate (2006: 273), “Camões foi tudo, projectando por isso múltiplas leituras (*sic*)”, é possível encontrar na sua obra a interseção de dois olhares distintos: um, de incontido orgulho, que canta

5 Sobre *Os Lusíadas*, afirma Lopes (2011: 21): “*Os Lusíadas* são a epopeia de uma pequena pátria, que descobriu e unificou o mundo, pelo conhecimento, pelo amor e pela fé.” Trata-se, sem dúvida, de uma visão unidimensional d’*Os Lusíadas*, uma vez que ignora a componente crítica desta obra quanto aos feitos dos portugueses.

os feitos heróicos dos portugueses; outro, de indignação, que condena a soberba de tudo querer dominar. É através deste último olhar que o poeta observa as diferenças culturais entre os portugueses e os povos de além-mar e o quanto as mesmas conduziam à incompreensão e ao conflito⁶.

O facto é que, como bem observa Schwartz (2010), o império foi para a nação portuguesa “prémio e promessa” (p. 22), dado que este conferia amplitude diplomática e peso nas relações internacionais a uma metrópole pequena, pobre e periférica⁷. A este propósito, afirmava Fernández-Armesto (2010: 495): “O contraste entre a amplitude do império português e as modestas dimensões da metrópole constitui (...) um dos mais enigmáticos contrastes da história do mundo.” O autor prossegue a sua reflexão, sem deixar de inscrever o contributo da expansão portuguesa na lógica da historicidade universal e de concluir que o mesmo constitui motivo de orgulho nacional: “Os europeus ocidentais – e poucos europeus serão mais ocidentais do que os portugueses – gostam de se congratular pela forma como moldaram o passado e o presente do seu continente” (Fernández-Armesto, 2010: 499). E é essa congratulação quanto ao passado que, ao persistir na produção de discursos épicos e, simultaneamente, ao celebrar-se nesse mesmo género narrativo, concorre para uma ideia de lusofonia em tudo equivocada: aquela que teima em sonhar um império para além do seu tempo histórico.

4. O melodrama

Pelo lado dos povos ex-colonizados, é sobretudo através do género melodramático que se recordam os atos de dominação de que foram alvo no passado. No caso dos povos africanos, esses atos prolongaram-se no tempo sob as mais variadas formas, com consequências evidentes no seu

6 Neste sentido, valerá a pena recordar alguns versos extraídos da Elegia *O poeta Simónides, falando (A viagem para o Oriente)*, da autoria de Camões (1971: 163): “Vi quanta vaidade em nós se encerra / E nos outros quão pouca; contra quem / Foi logo necessário termos guerra”.

7 A título de exemplo, o *Portugal dos Pequenitos*, em Coimbra, inaugurado em 1940, constituiu uma clara representação simbólica dessa amplitude, com uma componente temática consagrada às colónias. Essa componente é hoje denominada “Países de Expressão Portuguesa” e foi concluída precisamente na última ampliação deste parque temático (<http://www.portugaldospequenitos.pt/>).

presente independente: para além dos quatro séculos de tráfico de escravos que exauriram o seu contingente demográfico, há que ter em conta que as fronteiras traçadas durante a partilha de África pelas potências europeias não tiveram em conta as especificidades culturais e étnicas dos povos autóctones, e muito menos os seus interesses, traçando geografias artificiais que obedeceram a marcos de bacias hidrográficas (como rios e lagos) ou às coordenadas do globo terrestre. De acordo com S. Menezes (2000), a forma como estas fronteiras foram traçadas está na origem das atuais dissensões internas nos países africanos e, no caso mais concreto das ex-colónias portuguesas, constituiu a causa primeira da fragmentação nacional no quadro das lutas pela independência e das guerras civis que se lhes seguiram.

As longas guerras coloniais, através das quais Portugal procurou manter as suas possessões numa África quase toda independente, bem como o assassinato de alguns dos líderes históricos dos movimentos de libertação, atribuído diretamente ou indiretamente às autoridades portuguesas do Estado Novo, completam o passado de violência em que se baseiam as memórias coletivas dos povos que habitam os países africanos de língua oficial portuguesa. Não será, por isso, de estranhar que o melodrama se constitua como género predominante nas suas narrativas identitárias, uma vez que é a luta contra a ocupação portuguesa que dá forma à narrativa-mestra da identidade nacional.

De acordo com Paez e Liu (2011), a memória coletiva quanto aos conflitos inscritos na história tem uma função motivacional no comportamento do grupo outrora dominado, estimulando-o para uma ação preventiva relativamente ao grupo outrora dominante. Assim, o medo de ressurgimento das ameaças do passado e a mágoa quanto às atrocidades vividas noutros tempos leva a que os povos insistam na luta contra os seus inimigos históricos, no intuito de eliminar eventuais perigos. Os conflitos do passado moldam, desta forma, os conflitos do presente através de formas agressivas de favoritismo em relação ao grupo de pertença, de sentimentos de dever de retaliação e do ódio generalizado em relação ao grupo supostamente oponente. Deste modo, para além de ritualizar e de manter as circunstâncias que reavivam o passado traumático no presente, a memória coletiva dos conflitos configura-se como um recurso simbólico que pode ser mobilizado para legitimar a agenda política do presente e do futuro.

Não surpreende pois que, face à descrição destes processos psicológicos grupais, encontremos uma forte resistência quanto à ideia de uma comunidade lusófona nos países africanos de língua oficial portuguesa, uma vez que a mesma pode ser interpretada como uma eventual reconfiguração da dominação colonial. Como esta dominação se fez sentir até 1975, a memória coletiva das guerras de libertação é ainda reforçada pela memória geracional que, segundo Paez e Liu (*idem*), perdura por cerca de oitenta a cem anos, uma vez que os elementos mais velhos do grupo que recorda viveram esses acontecimentos. Os autores enfatizam, ainda, que este tipo de conflito – as guerras pela independência – constitui-se como evento fundacional nas narrativas de afirmação das identidades nacionais, sobretudo quando as representações da guerra são associadas à memória redentora do sofrimento de um povo.

Assim, a memória coletiva dos povos africanos dominados no passado pelos portugueses apresenta-se como um poderoso obstáculo à constituição de uma comunidade lusófona, uma vez que a antiga metrópole do império colonial pode ainda ser perspectivada enquanto lugar de onde vem o perigo.

A título de exemplo, refira-se o pensamento de Ngomane (2012), intelectual moçambicano que defende a ideia de que o seu país não tem como ser lusófono. Insurgindo-se contra o apagamento das narrativas fundadoras do seu povo, perpetrado pelo regime colonial, o autor postula que só uma certa ignorância ou obscuros interesses políticos podem justificar a insistência no rótulo “indivíduo de expressão portuguesa” ou “lusófono”, quando se pretende adjectivar um cidadão moçambicano. Para justificar a sua posição, Ngomane enfatiza que a esmagadora maioria da população do seu país tem como língua materna uma das muitas línguas bantu e que o português oficial de Moçambique, falado quase sempre como segunda língua, não pode configurar a matriz cultural de um povo caracterizado por um panorama linguístico tão diverso⁸.

Será ainda de salientar que a curta história pós-independência das nações africanas de língua oficial portuguesa – marcada por dissensões internas e, em alguns casos, por guerras civis – conduz a que as suas

8 Ngomane (2012) conclui a sua argumentação da seguinte forma: “Lusófonos, é? Só se for no quadro do velho sonho imperial português do além-mar, do ‘Minho a Timor’. Felizmente, e que se saiba, esse sonho ruiu, desmoronando-se completamente com a independência das ex-colónias portuguesas há 36 anos. E então?” (p. 24).

culturas, ou seja, os elementos distintivos indispensáveis à afirmação das identidades nacionais, necessitem, antes de mais, da sua própria consubstanciação. A sua integração espontânea, sem mágoas e sem medos, num coletivo de identidade transnacional, como é a comunidade geocultural da lusofonia, só se afigura possível, deste modo, quando o processo de reconciliação destes povos com o seu próprio passado se encontrar definitivamente encerrado.

No Brasil, o melodrama enquanto género narrativo pode ser também descortinado na obra dos intelectuais que mais se destacaram no período pós-independência. Gonçalves Dias⁹, nome maior do romantismo brasileiro, exaltava da seguinte forma as virtudes do seu Brasil natal em relação a um Portugal onde não conseguia ser feliz, neste excerto da sua célebre *Canção do Exílio*¹⁰:

(...)

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores. (...)

É na saudade da pátria, desse novo país onde o céu e a terra possuem mais primores, que o poeta entoava o seu drama íntimo: o de viver em Portugal. Esta abordagem nacionalista tornou o poema de Gonçalves Dias num dos mais emblemáticos da cultura brasileira. Prova disso é a sua frequente aparição em manuais escolares, bem como as recriações de que foi alvo¹¹ e as numerosas incursões intertextuais que inspirou. Note-se que

9 Gonçalves Dias (1823-1864) era filho de um comerciante português e de uma mestiça brasileira. Tendo nascido no Brasil, foi enviado para Portugal aos quinze anos de idade para prosseguir os seus estudos. Depois de concluir o curso de Direito na Universidade de Coimbra, regressou ao Brasil, onde se destacou como advogado, jornalista, poeta, etnógrafo e dramaturgo. É considerado o maior nome do romantismo brasileiro por ter incorporado a ideia de Brasil na literatura do seu país. Entre os seus pares, dizia dele José de Alencar que se tratava do poeta nacional por excelência (in *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, 1960).

10 Excerto transcrito a partir de um painel multimédia exibido no Museu de Língua Portuguesa, em São Paulo, no dia 18 de setembro de 2012.

11 A título de exemplo, refira-se a *Canção do Exílio* de Casimiro de Abreu, ou a *Nova Canção do Exílio* de Carlos Drummond de Andrade.

os versos “Nossos bosques têm mais vida/Nossa vida mais amores” fazem parte da letra do hino nacional do Brasil, o que remete para um processo de construção identitária que ocorre através da afirmação de características distintivas positivas em relação à antiga potência colonial.

À subtileza e à contenção deste discurso não será alheia a atipicidade do processo de independência e de construção da nação brasileira. Ao invés do que aconteceu noutras colónias, a independência foi pacífica, tendo sido concretizada precisamente por portugueses. Assim, e sem que de Portugal viesse o perigo, foi também pela oposição à ex-metrópole que se construíram as primeiras narrativas de formação da identidade nacional do povo brasileiro.

A partir destas reflexões poder-se-á afirmar que o “equivocado lusocêntrico” se fundamenta em duas ideias que não são mais do que as duas faces da mesma moeda: por um lado, a crença numa relação supostamente privilegiada de Portugal com as suas ex-colónias – ou seja, a crença num certo império para além do império que “ajude [os portugueses] hoje a sentirem-se menos sós e mais visíveis nas sete partidas do mundo” (Martins, 2006: 80) – que subsiste nos setores mais conservadores da sociedade portuguesa e em certos discursos políticos e culturais; por outro lado, a ideia disseminada entre as elites das esferas africanas e brasileira de que a lusofonia serve apenas os interesses de Portugal em manter uma espécie de supremacia póstuma sobre os restantes países onde se fala o português. Trata-se, portanto, de um entendimento da lusofonia que assenta, antes de mais, em ideias parcializadas, fundadas na memória histórica do império colonial português, que, ora pela épica, ora pelo melodrama, coloca em tensão os vários povos que constituem esta comunidade de múltiplas culturas.

5. Migrações no espaço da lusofonia

Esta tensão foi acentuada pela história dos movimentos migratórios realizados dentro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), nomeadamente daqueles que conduziram cidadãos dos países outrora colónias à antiga metrópole. É Feldman-Bianco (2007) quem nos lembra que tensões como as desencadeadas pelo tratamento discriminatório dado pelo governo português aos imigrantes brasileiros, durante os primeiros anos da década de 90 do século passado, levaram a uma espécie

de reinterpretação do passado colonial. Dos dois lados do Atlântico, este assunto mereceu a atenção dos média, quer através de cobertura noticiosa, quer através da publicação de artigos e de *cartoons* que caricaturavam o outro sob o espectro de estereótipos negativos.

Em todo o caso, a comunidade brasileira em Portugal não pararia de crescer nos anos seguintes: em 2002, esta era constituída por 24 868 indivíduos, o que representava 10,4% da população imigrante; em 2009, os imigrantes brasileiros tinham ascendido a 116 220, tornando-se assim no contingente estrangeiro mais expressivo (25%) residente em solo português (Lopes, 2011).

Também Estrela (2011) traz à luz a questão das condições de vida dos imigrantes lusófonos em Portugal. Tendo por ponto de partida a mobilização dos moradores de um bairro degradado e periférico dos arredores de Lisboa – maioritariamente imigrantes oriundos dos vários países lusófonos – após a decisão camarária de despejo coletivo, o autor questiona a legitimidade das instituições democráticas quando estas impedem a participação dos cidadãos na tomada de decisões. Na sua análise, Estrela destaca o comportamento discriminatório do executivo camarário perante os pedidos de audiência e perante a participação nos plenários da Assembleia Municipal por parte de cidadãos maioritariamente excluídos do mercado eleitoral. O autor nota, não sem uma ponta de ironia, que o mesmo executivo havia promovido geminações com municipalidades em vários países de língua oficial portuguesa.

A propósito do caso descrito por Estrela, será necessário salientar que, para além da comunidade brasileira, também as comunidades cabo-verdiana (48 845 indivíduos), angolana (26 557 indivíduos) e guineense (22 945 indivíduos) se encontravam entre as mais representadas em Portugal, no ano de 2009 (Lopes, 2011). Convirá também realçar que as dificuldades de integração destes imigrantes na sociedade portuguesa, bem como a persistência de práticas de exclusão às quais os mesmos estão sujeitos, têm, na opinião de Maciel (2010: 306), “contribuído para alimentar as tensões e perpetuar antigos quadros mentais herdados da experiência colonial”. A título de exemplo, valerá a pena recordar que, em Portugal, os negros e os mestiços com origem nas ex-colónias são ainda considerados estrangeiros, independentemente da sua nacionalidade portuguesa e dos seus esforços para serem percebidos como cidadãos em condições de igualdade (Cabecinhas, 2007; Carvalhais, 2007).

Todavia, se nas duas últimas décadas do século XX os movimentos migratórios no espaço lusófono trouxeram um elevado número de cidadãos das ex-colónias até Portugal, a verdade é que, nos últimos anos, as migrações em sentido contrário se têm vindo a acentuar: nos dias de hoje, são cada vez mais os portugueses que procuram novas experiências de trabalho e de vida no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Timor¹². Sobre esta apetência, registada igualmente em anteriores períodos da história, afirma Lourenço (2004: 50): “Portugal encoraja de preferência esta emigração. O emigrante prolonga, sob uma outra forma, a nossa presença colonizadora (...) e permanece numa imensa casa onde se fala com doçura a sua própria língua.”

Tal visão neocolonialista da emigração portuguesa em direção a países que resultaram da desagregação do antigo império tende a acentuar as tensões no interior da comunidade lusófona, especialmente quando a épica do passado molda atitudes e discursos de dominação no próprio contingente de emigrados.

Os mais recentes movimentos migratórios que têm conduzido milhares de portugueses até aos países outrora colónias apresentam ainda uma particularidade que não pode ser ignorada, sobretudo quando se pensa no seu contributo para o acentuar da visão neocolonialista que importa ao “equivocado lusocêntrico”: grande parte destes novos emigrantes constitui mão-de-obra qualificada, necessária ao desenvolvimento das economias dos países de acolhimento.

Cogo e Badet (2013) referem que no Brasil, país com longa tradição de imigração, é manifesta a recente chegada de milhares de europeus com elevados níveis de escolaridade e de especialização profissional, de entre os quais sobressaem, como os mais representativos em número, espanhóis e portugueses¹³. Para além de representarem um precioso contingente de recursos humanos qualificados, matéria em que o Brasil é ainda claramente

12 Lopes (2011) enfatiza as baixas taxas de empregabilidade em Portugal, comparativamente às dos restantes países da CPLP, a partir de dados do Banco Mundial em 2009. O autor nota ainda que o Brasil é o país que melhor comportamento tem demonstrado nesta matéria, nos últimos anos, com as taxas de empregabilidade a acompanhar as taxas de crescimento económico.

13 Estes novos imigrantes têm vindo a engrossar o contingente português no Brasil que, já em 2003, representava a terceira maior diáspora lusa, com cerca de 700 000 indivíduos (Lopes, 2011).

deficitário, estes imigrantes, segundo as autoras, assumem a função de reafirmação e de reatualização da matriz europeia da cultura brasileira, percecionada como positiva nos seus valores e nas suas contribuições para o desenvolvimento do país¹⁴. Neste contexto, as considerações de Spivak (1999) acerca de práticas pós-coloniais de reprodução do colonialismo parecem produzir sentido, quando a autora postula: “yesterday’s imperialism, today’s ‘Development’”¹⁵ (p. 124).

Daqui se depreende um antagonismo de síntese incerta, uma vez que à desejabilidade da integração de uma massa humana capaz de produzir bem-estar económico e social, se opõe a indesejabilidade da reprodução de práticas que simbolizem novas formas de dominação. A este propósito, um estudo conduzido por D. Martins (2013) revela que grande parte dos novos imigrantes portugueses em países lusófonos possuía representações desajustadas sobre a realidade que os aguardava nos países de acolhimento, antes da experiência de emigração. Com efeito, esta revelou-se bem mais difícil do que o esperado, não só devido às diferenças culturais, como também por estilhaçarem a miragem de uma aceitação sem reservas e de uma integração social plenamente desejada por parte das populações locais. A desconfiança de que são alvo, sobretudo nos países africanos de língua oficial portuguesa, para além de dificultar a resolução de questões de carácter prático – como a obtenção de documentação, de autorizações, de vistos, etc. – reaviva, muitas vezes, as tensões contidas na memória de um passado colonial que não deixa de fazer parte do presente independente.

Como não reinterpretar, em todos estes factos relativos aos fluxos migratórios entre países lusófonos, narrativas épicas ou melodramáticas que opõem a hegemonia à diversidade?

14 As reflexões de M. V. Almeida (2002) sobre a tradição de receção de imigrantes europeus no Brasil são bem elucidativas sobre a desejabilidade dos mesmos, dado o seu papel no processo de branqueamento de peles e de cultura num país onde, supostamente, se cultiva a “democracia racial”. Daqui resulta uma oposição entre as autorrepresentações do Brasil enquanto nação híbrida e as autorrepresentações do “Brasil enquanto nação neo-europeia nas Américas... (sic)” (p. 192).

15 “O imperialismo de ontem, o ‘Desenvolvimento’ de hoje” (tradução nossa).

6. O Acordo Ortográfico

Nos últimos anos, o “equivoco lusocêntrico” tem também gravitado em torno de um eixo que se apresenta polémico: o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Na realidade, como bem observam certos autores (*e.g.* Fiorin, 2008; Lopes, 2011), a necessidade de uniformização das grafias do português não é assim tão nova, já que a mesma remonta às primeiras décadas do século XX, período no qual os governantes portugueses da I República (1910-1926) introduziram simplificações ortográficas sem a devida concertação com os seus homólogos brasileiros. Mais tarde, no ano de 1945, um tratado com vista à normalização da língua escrita em Portugal e da língua escrita no Brasil chegou a constituir promessa, embora logo deitada por terra pelo facto de o Congresso Nacional Brasileiro não ter ratificado esse acordo. De acordo com Fiorin (2008), tal situação ficou a dever-se ao posicionamento da elite intelectual brasileira, que advogava que a independência em relação a Portugal não deveria ser apenas política, mas também cultural.

Porém, a dupla grafia do português – a utilizada no Brasil e a utilizada nos restantes países de língua oficial portuguesa – impunha limitações à dinâmica do próprio idioma enquanto língua internacional, uma vez que, de entre as que possuíam esse estatuto, se tratava da única que apresentava esta característica de forma manifesta (Lopes, 2011). A isto acrescia ainda o facto de as variações ortográficas usadas em cada um dos casos serem consideradas incorretas por aqueles que não as utilizavam, o que não acontecia com as variações do inglês grafado em Inglaterra e nos Estados Unidos ou do espanhol grafado em Espanha e na Argentina. Tal situação conduziu a que os documentos elaborados pelas organizações internacionais que adotam o português como língua oficial tivessem de ser escritos nas duas variantes (Fiorin, 2008), bem como à necessidade de realização de diferentes traduções, quer literárias, quer técnicas, em Portugal e no Brasil (Lopes, 2011).

Daí que as negociações com vista à ratificação de um acordo ortográfico tenham prosseguido nas últimas décadas do século passado e no início da primeira década do século XXI, com avanços e recuos que adiaram a sua efetiva aplicação. Finalmente, em 2008, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – assinado em 1990, por todos os países então envolvidos, e

em 2004, por Timor-Leste – foi ratificado pelo Brasil, por Cabo Verde, por Portugal e por São Tomé e Príncipe, tendo entrado em vigor no Brasil¹⁶ e em Portugal¹⁷ logo no ano seguinte. No presente momento, só Angola e Moçambique ainda não ratificaram todos os documentos conducentes à introdução desta reforma.

Embora muito centrado em questões de política da língua, o debate em torno do Acordo Ortográfico não deve deixar de atender também a questões de contorno cultural. Como bem observam Hanna, Brito e Bastos (2010), qualquer discussão em torno da unidade de uma língua requer que se estude os seus falantes e os seus falares, quer quanto à trajetória histórica de adoção da mesma, quer quanto aos traços culturais singulares e aos hibridismos locais dos diferentes grupos que a falam. As autoras prosseguem a sua reflexão, postulando que a língua portuguesa faz de todos quantos a falam lusófonos, motivo aparentemente bastante para um consenso quanto à implantação do Acordo Ortográfico. Porém, como a análise crítica das culturas lusófonas remete para a complexidade das suas interações, a unidade da língua portuguesa (apesar de todas as variantes) deve ser contrastada com a heterogeneidade dos espaços da sua oficialidade. O mesmo é dizer que as identidades culturais se desenvolvem na subjetividade de práticas e de significados, para além das políticas da língua.

A este propósito, valerá a pena trazer à luz os resultados de um estudo conduzido por Carvalho e Cabecinhas (2010) junto a uma amostra de estudantes universitários portugueses. Este estudo dá conta de como a assunção do Acordo Ortográfico é percecionada como uma submissão do português falado no país de onde a língua é originária em relação ao português “corrompido” falado numa ex-colónia (o Brasil). Por isso mesmo, tal reforma é encarada como uma ameaça à identidade nacional por parte dos sujeitos da amostra, supostamente cidadãos que se encontram entre as camadas mais esclarecidas da população portuguesa.

16 O Brasil aplicou o Acordo em janeiro de 2009, tendo estipulado um período de três anos para a transição definitiva para a nova grafia (Carvalho & Cabecinhas, 2010).

17 Pelo seu lado, Portugal aplicou o Acordo em maio de 2009, estabelecendo um período de seis anos para a transição. Deste modo, só em maio de 2015 este processo estará definitivamente concluído (Carvalho & Cabecinhas, 2010).

Na realidade, conforme notado por Fiorin (2008), as diferenças entre a grafia brasileira e a grafia portuguesa não são assim tão significativas, pelo que não existem motivos que impeçam um bom entendimento quanto à adoção desta reforma. Note-se, ainda, que as regras estipuladas no Acordo não uniformizam integralmente a ortografia da língua portuguesa, uma vez que as mesmas se pautam pela consonância entre grafia e fonia.

Deste modo, as reações geradas pelo Acordo Ortográfico mais não fazem do que adiar o desenvolvimento do mercado intracomunitário da língua – com implicações significativas nos programas de educação formal, na comunicação entre pessoas, empresas e instituições e na circulação de produtos culturais como livros e materiais didáticos (Lopes, 2001) – bem como travar a difusão internacional do idioma (Fiorin, 2008), num mundo cada vez mais globalizado.

Por outro lado, como observam Casagrande e Bastos (2010), as variantes do português têm uma natureza predominantemente estilística, “abarcando todas as manifestações interacionais entre lusofalantes, [o que] aponta para a imensa riqueza plural e para a surpreendente unidade linguística dessa língua falada por cerca de duzentos [e cinquenta e três]¹⁸ milhões de pessoas no mundo” (p. 91).

Valerá a pena concluir esta curta reflexão sobre o processo de implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa reparando que este não é mais do que um reflexo do estado em que se encontra a comunidade lusófona: em construção lenta e paciente conseguida através da síntese de vários antagonismos.

7. Um novo ponto de partida: a desconstrução do “equivoco lusocêntrico”

De acordo com Wieviorka (2002), a experiência da alteridade produzida pela diversidade cultural foi sempre acompanhada de tensões e de violência, ao longo de toda a história. Ainda assim, o autor insiste na novidade desta experiência, uma vez que, a partir da segunda metade do século XX, a alteridade passou a inscrever-se no centro das mutações da vida coletiva. Daí a necessidade de abordar estas transformações a partir do lugar ocu-

18 Número apontado pela Internet World Stats em 2012.

pado pelas diferenças culturais, não só nas relações sociais, como também nas relações intersocietais, num mundo cada vez mais interdependente.

À luz destas ideias, valerá a pena discorrer acerca do significado do “equívoco lusocêntrico”, procurando clarificar o seu contributo para a construção de uma comunidade de língua portuguesa e de culturas diversas.

Esta comunidade pensada em torno do “equívoco lusocêntrico” coloca a tónica na tensão que marca as relações intersocietais entre povos lusófonos. Esta tensão é provocada pela conceção de dominação associada à lusofonia, assente na transferência das memórias do passado colonial para as condições do presente, ou seja, assente no poder dos “sistemas simbólicos” (Bourdieu, 1989: 7-8) que a ex-metrópole do império colonial português, supostamente, ainda consegue controlar.

Assim, as tensões que alimentam o “equívoco lusocêntrico” parecem estilhaçar as possibilidades de formação de uma consciência coletiva em torno da identidade lusófona, ditando o permanente adiamento da con-substanciação de uma das comunidades geoculturais mais diversas do planeta, com consequentes perdas recíprocas no contexto da atual globalização de sentido único.

Conclui-se, deste modo, que o “equívoco lusocêntrico”, em vez de perspetivar a lusofonia como um espaço de promoção da diversidade cultural, interpreta-a antes como uma forma de neocolonialismo, que sai de Lisboa em direção às suas ex-colónias, com o fim de as avassalar através dos mecanismos do “poder simbólico” a que se referia Bourdieu¹⁹ (*idem*: 7 – 8). Como foi demonstrado, esta interpretação não é destituída de sentido. Com efeito, subsistem ainda, no seio da sociedade portuguesa, algumas forças conservadoras, saudosistas e oportunistas que tendem a comprometer as condições de paridade em que os diversos agentes implicados na comunidade geocultural da lusofonia devem interagir, e que, por isso, merecem a mais atenta vigilância. Por outro lado, esta interpretação traz à luz a desconfiança, a maior parte das vezes exagerada, com que os países outrora colónias portuguesas encaram as relações com a ex-metrópole, desinvestindo em oportunidades de cooperação e de partilha de recursos

19 De acordo com o autor, o “poder simbólico” é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989: 7-8).

que interessam à afirmação da comunidade geocultural da lusofonia, no quadro do atual episódio da narrativa evolutiva da globalização.

Por isso mesmo, e retomando Canclini (2007), torna-se imperativo reinventar narrativas alternativas à épica e ao melodrama que nos deem conta das recomposições do mundo que se produzem nos dias de hoje.

Então, para que esta comunidade de múltiplas culturas encontre possibilidades que lhe permitam constituir-se, de facto, como uma dessas recomposições, será necessário fundá-la também a partir de outras narrativas. Em boa verdade, a perspectiva dominante sob a qual a história do império colonial português é contada por ambos os lados não encontra qualquer paralelismo nas atuais condições do mundo contemporâneo: esse império desapareceu radicalmente, convocando a ideia de lusofonia como sua prova mais inequívoca.

Referências

- ANDERSON, B. (1994) [1983]. *Imagined Communities: Reflections on the origins and spread of nationalism*. London: Verso.
- ALMEIDA, M. V. (2002). O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In Bastos, C., Almeida, M. V. & Feldman-Bianco, B. (Coord.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23-37.
- ALMEIDA, M. V. (2004). *Crioulização e Fantasmagoria*. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- BAPTISTA, M. M. (2006). A lusofonia não é um jardim ou da necessidade de “perder o medo às realidades e aos mosquitos”. In Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.), *Comunicação e Lusofonia – Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras, pp. 23-44.
- BLOOM, H. (1997). *O Cânone Ocidental*. Lisboa: Temas e Debates.
- BOURDIEU, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- CABECINHAS, R. (2006). Identidade e Memória Social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In Martins, M., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras, pp. 183-214.

- CABECINHAS, R., Lima, M. E. O. & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In Miranda, J. & João, M. I. (Eds.), *Identidades Nacionais em Debate*. Oeiras: Celta, pp. 67-92.
- CABECINHAS, R. (2007). *Preto e Branco. A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.
- CALAFATE, P. (Coord.) (2006). *Portugal como problema. Séculos V-XVI. A Afirmação de um Destino Colectivo* (Volume I). Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público.
- CAMÕES, L. (1971). *Poesia Lírica* (seleção, prefácio e notas de Hernâni Cidade). Lisboa: Editorial Verbo.
- CANCLINI, N. G. (2007). *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras.
- CARVALHO, M. & Cabecinhas (2010). O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e a percepção de ameaça à identidade nacional. In Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds.), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona – Lusofonia e Sociedade em Rede*. Braga: CECS e Grácio Editor, pp.189-201.
- CASAGRANDE, N. S. & Bastos, N. B. (2010). A lusofonia e uma concepção de política linguística. In Bastos, N. M. B. (Ed.), *Língua Portuguesa, cultura e identidade nacional*. São Paulo: EDUC, pp. 79-96.
- CHAUNU, P. (1984). Introdução: do plural a um singular. In Bennassar, B. & Chaunu, P. (Coord.). *O Mundo em Expansão, Séculos XIV-XVI* (Volume I, Tomo I). Coleção História Económica e Social do Mundo (Dir. Pierre Léon). Lisboa: Sá da Costa Editora, pp. 11-23.
- COGO, D. & Badet, M. (2013). De braços abertos...A construção da imagem midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração. In Araújo, E., Fontes, M. & Bento, S. (Eds.), *Para um Debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, pp. 32-57.
- CUNHA, L. (2001). *A Nação nas malhas da sua identidade – O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- FELDMAN-BIANCO, B. (2007). Empire, Postcoloniality, and diasporas, in *Hispanic Research Journal*, 8, pp. 267-278.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. (2010). A Expansão Portuguesa num Contexto Global. In Bethencourt, F. & Curto, D. R. (Dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, pp. 491-524.
- GODINHO, V. M. (1984). *Os Descobrimentos e a Economia Mundial – Volume I* (2ª Edição). Lisboa: Editorial Presença.

- HANNA, V. L. H., Brito, R. H. P. & Bastos, N. B. (2010). Políticas da língua e lusofonia: aspectos culturais e ideológicos. In Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds), *Lusofonia e Sociedade em Rede, VIII Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Braga: CECS e Grácio Editor, pp. 159-176.
- HOUAISS, A. (1992) [1984]. *O Português no Brasil* (3ª Edição). Rio de Janeiro: Editora Revan.
- LÁSZLÓ, J. (2003). History, identity and narratives. In J. László & W. Wagner (Eds.), *Theories and Controversies in Societal Psychology*. Budapest: New Mandate Publishers, pp. 180-192.
- LÁSZLÓ, J. (2008) *The Science of Stories: An Introduction to Narrative Psychology*. New York: Routledge.
- LIU, J. H. & Hilton, D. (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. In *British Journal of Social Psychology*, 44, pp. 537-556.
- LICATA, L., Klein, O., & Gély, R. (2007). Mémoire des conflits, conflits de mémoires: Une approche psychosociale et philosophique du rôle de la mémoire collective dans les processus de réconciliation intergroupe. *Social Science Information*, 46(4), pp. 563-589.
- LOPES, E. R. (Coord.) (2011). *A Lusofonia – Uma questão estratégica fundamental*. S/l: O Sol.
- LOURENÇO, E. (1978). *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: D. Quixote.
- LOURENÇO, E. (2004). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia* (3ª Edição). Lisboa: Gradiva.
- MACEDO, L., Martins, M. L. & Cabecinhas, R. (2011). Blogando a lusofonia: experiências em três países de língua oficial portuguesa. In Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds) *Lusofonia e Cultura-Mundo, IX Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Braga: CECS e Grácio Editor, pp. 121-142.
- MACIEL, C. L. F. (2010). *A Construção da Comunidade Lusófona a partir do Antigo Centro. Micro-Comunidades e Práticas da Lusofonia*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MARTINS, D. (2013). *Gestão e retenção de repatriados: um estudo empírico em empresas portuguesas*. S/l: Bubok.
- MARTINS, M. L. (2006). A Lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.). *Comunicação e Lusofonia –*

- Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras, pp.79-87.
- MARTINS, M. L. (2011). Globalization and Lusophone World. Implications for Citizenship. In Pinto, M. & Sousa, H. (Eds.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change*. (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio Editor/CECS, pp. 75-84.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia*. São Paulo, EDUC – IP-PUC, pp. 15-33.
- MATTOSE, J. (1998). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- McMILLIN, D. C. (2009). *Mediated Identities. Youth, Agency & Globalization*. New York: Peter Lang Publishing.
- MENEZES, S. (2000). *Mamma Angola. Sociedade e Economia de um País Nascente*. São Paulo: EDUSP e FAPESP.
- NEVES, J. (2009). The Role of Portugal on the Stage of the Imperialism: Communism, Nationalism, and Colonialism (1930-1960). In *Nationalities Papers*, 37, pp. 485-499.
- NGOMANE, N. (2012). *Lusofonia: Quem quer ser apagado?* *Semanário Sol*, edição moçambicana, 06/01/2012, p. 24.
- PAEZ, D., Liu, J. H., Techio, E., Slawuta, P., Zlobina, A., & Cabecinhas, R. (2008). ‘Remembering’ World War II and Willingness to Fight: Socio-Cultural Factors in the Social Representation of Historical Warfare across 22 Societies. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 39, 373-380.
- PAEZ, D. & Liu, J. H. (2011). Collective Memory of Conflicts. In D. Bar-Tal (Ed.), *Intergroup Conflicts and their Resolution: a Social Psychological Perspective*. New York: Psychology Press, pp. 105-124.
- PEDREIRA, J. M. (2000). From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the Old Colonial System (1760-1830). *Hispanic American Historical Review*, 80, pp. 839-865.
- SCHWARTZ, S. B. (2010). A Economia do Império Português. In Bethencourt, F. & Curto, D. R. (Dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, pp. 21-51.
- SOUSA, H. (2006). Comunicação e Lusofonia: do lugar acrítico ao lugar da procura. In Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.). *Comunicação e Lusofonia – Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, pp. 9-14.
- SPIVAK, G. C. (1999). *A Critique of Postcolonial Reason. Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge: Harvard University Press.

- WERTSCH, J. V. (2002). *Voices of Collective Remembering*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WIEVIORKA, M. (2002). *A Diferença*. Lisboa: Fenda Edições.

Webgrafia

- CARVALHAIS, I. E. (2007). The cosmopolitan language of the state: post-national citizenship and the integration of non-nationals. In *European Journal of Social Theory*, 10(1): 99-111. [Disponível em <http://est.sagepub.com/cgi/content/abstract/10/1/99>, acessado em 25.10.2010].
- ESTRELA, R. (2011). A Luta dos Moradores do Bairro da Torre – Cultura Democrática e Lusofonia. In *Buala, Cultura Africana Contemporânea*, 28 de maio, [Disponível em <http://www.buala.org/pt/cidade/a-luta-dos-moradores-do-bairro-da-torre-a-cultura-democratica-e-a-lusofonia>, acessado a 12/09/2011].
- FIORIN, J. L. (2008). E agora, Portugal? [Disponível em <http://revistalingua.uol.br/textos.asp?codigo=11474>, acessado a 04.09.2011].